

**BRASIL E RÚSSIA:
DO CONFRONTO
IDEOLÓGICO À
PARCERIA ESTRATÉGICA**

ELIANE NUMAIR

Economista pela PUCRS,
Mestranda em Relações Internacionais (UFRGS)
Email: elianenumair@gmail.com



Que país do mundo, somos tentados a perguntar, não encontra problemas ao estabelecer uma política militar viável, ou ao escolher entre canhões, manteiga e investimento?

(PAUL KENNEDY)

RESUMO

Este artigo pretende analisar as relações bilaterais entre Brasil e Rússia, desde os primeiros contatos formais até a atualidade, abordando os principais aspectos históricos na evolução política e econômica dos dois países, no século XX e início do século XXI, considerando os constrangimentos políticos para aproximações, distanciamentos, rompimentos e retomadas das relações comerciais e diplomáticas. Demonstra ainda os interesses e os acordos de cooperação formatados no quadro dessas relações, que vêm conduzindo ao estabelecimento de uma aliança estratégica.


Palavras-chave: política externa, relações bilaterais Brasil-Rússia.



ABSTRACT

This article intends analyze the bilateral relations between Brazil and Russia, since the first formal contacts until our days. It includes the main historical aspects in the economics and politics evolution of both countries in XX Century and the beginning of XXI Century, considering the political constraints for approaches, distancing, disruptions and retaken of the commercial and diplomatic relations. It also demonstrates to the interests and the cooperation agreements in this setting that has been leading to the establishment of a strategic alliance.

Keywords: foreign policy, Brazil-Russia bilateral relations.



1 RELAÇÕES BILATERAIS: ENTRE ROMPIMENTOS E RETOMADAS

A análise das relações entre Brasil e Rússia requer uma compreensão, embora de caráter breve, das condições históricas que compuseram o sistema de cooperação, indiferença e conflito ao longo dos quase duzentos anos que antecedem nossa época, resultantes do conjunto de decisões políticas e econômicas tomadas no seio de ambas as sociedades, e que refletem os condicionantes estruturais e de conjuntura, domésticos e internacionais, que influenciaram a política exterior. Requer considerar, segundo Celso Laffer (1982, p.176), “[...] as normas de funcionamento da ordem mundial vigente à época deste relacionamento.”

Os primeiros contatos formais de que se tem notícia entre Brasil e Rússia foram realizados ainda no período colonial, quando, em 1798, foi assinado o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre Portugal e Rússia.

Depois da chegada da família real, em 1808, e até 1840, o comércio entre Brasil e Rússia realizava-se por Lisboa ou por Londres, na medida em que o transporte das mercadorias transacionadas dependia da marinha mercante britânica. A pauta de exportações do Brasil para a Rússia resumia-se a café, açúcar e algodão e, no fluxo contrário, lona, alcatrão, cabos e madeira de pinho. Além da dependência da marinha britânica, a concentração dos interesses nos assuntos domésticos e regionais, a distância geográfica e a priorização dos portos russos para fins militares se constituíam importantes obstáculos ao intercâmbio comercial da época.

Embora distante geograficamente e com pouco vínculo comercial, a Rússia reconheceu a independência do Brasil em 1827 e, no ano seguinte, estabeleceu representações diplomáticas e manteve o intercâmbio de acreditados até 1910.

Mas o breve século XX, como relatou Eric Hobsbawm (1995), recém-atravessando a Primeira Guerra Mundial, em 1917 foi surpreendido pela Revolução Russa, tendo à frente a ideologia marxista da luta contra a exploração burguesa sobre o proletariado, base do antagonismo entre socialismo e capitalismo.

A Rússia, que se encontrava imersa na guerra e exposta a uma série de ataques devastadores do exército alemão – com perdas importantes no contingente humano, nas ferrovias, nos estoques de alimentos e nas finanças – enfrentava manifestações nas cidades, greves de trabalhadores e exigências de distribuição de terras nos campos, resultando em uma desintegração generalizada (KENNEDY, 1989, p. 249-266).

A nação entrou em colapso com duas revoluções – uma em fevereiro, na qual o czar foi deposto, e em outubro, quando assumiu Vladimir Ilitch Lenin – que a obrigaram a retirar-se da guerra. Simultâneo ao colapso dos antigos regimes imperiais da Europa, surgiu uma Rússia revolucionária, bolchevista, soviética.

As grandes propriedades rurais foram suprimidas e confiadas aos comitês agrários, as fábricas passaram às mãos dos trabalhadores, criou-se o Exército Vermelho com o objetivo de defender o socialismo de inimigos internos e externos, e foi adotado o sistema de partido único: o Partido Comunista. Das precárias condições a que o país imergiu após a tomada do poder pelos revolucionários, a Rússia ainda enfrentou três anos de guerra civil.

Acalmados os ânimos da guerra civil, sob o governo de Lenin, foi instaurada a Nova Política Econômica (NEP), em 1921, dedicando esforços à produção de energia e extração de matérias-primas, à importação de máquinas e tecnologia e à organização do comércio e da agricultura em cooperativas, tudo sob o controle do Estado. Nesse mesmo período, muitos Estados, que se haviam separado da Rússia durante a revolução, reintegraram-se, formando em 1922, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Estado federativo que passou a contar com quinze repúblicas.

Com a morte de Lenin, em 1924, Joseph Stalin assumiu um longo, autoritário e violento período no poder. O Estado tornou-se fortemente centralizador, a NEP foi abolida e a economia passou a ser planificada por meio dos Planos Quinquenais, que priorizavam o desenvolvimento industrial e levaram a União Soviética ao patamar de potência industrial. O movimento ideológico de massa transformou-se em movimento de Estado, que via na repressão interna e na expansão ideológica além-fronteiras¹ o triunfo sobre o capitalismo.

As transformações internas da Rússia refletiram nas relações com os Estados do sistema internacional, pois a ideologia comunista de contestação sobre a expansão mundial do imperialismo capitalista era vista como uma ameaça aos padrões de poder estabelecidos no mundo ocidental. De fato, entre o final do século XIX e início do século XX, as relações internacionais estavam pautadas pelo expansionismo das grandes potências e pela luta pelo controle monopolista dos mercados. Segundo Luis Fernando Ayerbe (2002, p. 59),

¹ É importante entender que, ao contrário de Leon Trotsky, com quem concorreu para substituir Lenin no poder, Stalin defendia construir primeiro a estrutura industrial na União Soviética para depois expandir a revolução socialista para o mundo.

[...] aparece um espaço nacional de oposição à ordem capitalista, que orienta sua política externa com base em princípios teóricos que explicitam sua fonte original em Lenin, com progressiva influência internacional.

O Brasil, sob o governo de Venceslau Brás, em abril de 1917, reconheceu o governo provisório estabelecido na Rússia durante a primeira revolução. Entretanto, com a queda deste e a subsequente tomada do poder pelos soviets, as relações entre os dois países foram interrompidas, com a retirada, em dezembro de 1918, do encarregado de negócios brasileiro da Rússia. A legação russa, com sede no Rio de Janeiro, que já vinha dependendo do apoio financeiro brasileiro para manter-se, foi fechada em dezembro de 1920 (CERVO; BUENO, 2002).

A posição brasileira estava em consonância ao ideário herdado da diplomacia do Barão de Rio Branco, que via no estreitamento das relações com os Estados Unidos – já percebidos como potência mundial – o caminho para a defesa e êxito dos interesses nacionais e o principal mercado consumidor dos produtos exportados. Adicionado ao desenho ideológico da política externa brasileira, vinculada aos posicionamentos dos Estados Unidos, havia o temor das elites domésticas provocado pela possibilidade de expansão do Partido Comunista do Brasil.

Seguindo essa linha de entendimento, o Brasil não reconheceu a União Soviética até 1945, embora tenha mantido, esporadicamente, intercâmbios de cientistas nesse período e lutado como aliado durante a II Guerra Mundial. Justamente sob o pretexto de aliados no campo de batalha, a URSS posicionou-se receptiva ao restabelecimento das relações diplomáticas com o Brasil. O País, todavia, passou da hesitação à restrição quanto ao relacionamento com a URSS, em particular após o levante comunista de 1935, liderado por Luís Carlos Prestes (GUIMARÃES, 2000).

A necessidade de alianças na Segunda Grande Guerra induziu as potências ocidentais a tolerar circunstancialmente as aspirações político-ideológicas soviéticas, e, na sequência, a vitória dos aliados na guerra pareceu denotar um período de entendimento.

Getúlio Vargas, durante seu primeiro governo, em consulta ao governo dos Estados Unidos, havia sido instruído a reconhecer a URSS, mantendo vigilância, entretanto, à ameaça de propaganda comunista. Dessa forma, pouco antes do término da guerra, o Brasil reconheceu a União Soviética e estabeleceu relações diplomáticas. Contudo, apesar da retomada das relações diplomáticas, o intercâmbio comercial continuou esporádico e inexpressivo. A forte presença norte-americana no Hemisfério e a intensa oposição ao comunismo por parte das elites brasileiras

contribuíram para manter o distanciamento entre Brasil e URSS, em boa medida pelo receio às consequências negativas que uma aproximação soviética pudesse provocar nas relações com os Estados Unidos.

Em 1945, pouco antes do encerramento do conflito, os países aliados, Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética, reuniram-se pela última vez, em Potsdam, na Alemanha. Com uma aliança já mostrando sinais de desgaste, Winston Churchill, Harry Truman e Joseph Stalin decidiram, nessa terceira e última conferência², a ordem internacional no sistema pós-guerra, dividindo a Alemanha em zonas de ocupação, o que significou uma reviravolta nas relações Leste-Oeste.

Passada a euforia do triunfo na guerra e do clima de otimismo na preservação da paz, a latente ameaça comunista transmutou-se em confronto político-ideológico, e o mundo passou a ser dividido entre capitalistas e comunistas, polarizado ao Leste pela União Soviética e ao Oeste, pelos Estados Unidos. Formaram-se dois blocos de poder antagônicos, rivais em sua ideologia, hegemônicos em seus respectivos blocos.

O antagonismo cresceu. Logo envolveu as demais regiões do globo e alterou o cenário geopolítico internacional. O mundo tornou-se bipolar, e o Brasil descobriu que o campo de ação de sua política externa se restringiu. O alinhamento automático com os Estados Unidos tornou-se a opção lógica entre os dois projetos antagônicos. A diplomacia brasileira passou a praticar uma política de bloco, conformando seu desenvolvimento econômico ao confronto Leste-Oeste.

O governo brasileiro, envolvido pelo “guarda-chuva” de poder dos Estados Unidos, valendo-se de uma discussão entre o primeiro-secretário da Embaixada do Brasil na União Soviética e um funcionário do Hotel Nacional, em Moscou, noticiada pelo jornal *Gazeta Literária*, em 1947, rompeu as relações diplomáticas com a URSS e levou à ilegalidade o Partido Comunista Brasileiro.

Um amplo debate se instaurou no centro do poder político brasileiro. De um lado, os entreguistas, com argumentos contaminados por pressupostos ideológicos, eram contrários ao reatamento com a URSS. De outro lado, havia aqueles que defendiam um tratamento não ideológico para defender os interesses nacionais, os nacionalistas ou progressistas. Osvaldo Aranha inseria-se neste grupo, argumentando que o Brasil

² A primeira conferência realizou-se em Teerã (novembro de 1943); a segunda, em Yalta (fevereiro de 1945).

precisava expandir os mercados de exportação, independente do pensamento ideológico desses mercados. Nesse sentido, o País deveria diversificar seus parceiros comerciais por meio de uma política comercial mais agressiva e menos dependente dos parceiros tradicionais.

Amparados na estratégia de expansão comercial, os nacionalistas saíram vitoriosos do debate e, em 1959, as relações comerciais entre Brasil e URSS foram retomadas. Os desdobramentos comerciais levaram ao aumento de contatos entre os dois países.

A lógica bipolar de poder, presente na guerra fria, impôs ao Brasil um espaço muito limitado para movimentação política e econômica dentro do sistema internacional. Foi somente depois da formulação da Política Externa Independente (PEI), lançada durante o governo Jânio Quadros e sistematizada pelo Chanceler Santiago Dantas, já no governo João Goulart, que o Brasil ensaiou uma autonomia diplomática que se apoiava na ampliação de suas relações internacionais além do eixo de influência norte-americano, enfocando novos parceiros comerciais e alterando a visão, de uma estrutura Leste-Oeste da ordem internacional para uma ênfase Norte-Sul (VIZENTINI, 1995; CERVO e BUENO, 2002).

A PEI inaugurou duas diretrizes de política externa brasileira que perduram em nossos dias: autonomia com relação ao conflito ideológico e universalização de parceiros nas relações externas. Seus pressupostos fundamentavam-se em estratégias econômicas e políticas, cujo propósito era incrementar as exportações de produtos primários para os países capitalistas e socialistas industrializados, para desses, importar tecnologia e bens de capital (VIZENTINI, 1995).

O governo Quadros defendeu uma aproximação com países do Leste Europeu, restabelecendo relações diplomáticas com a Hungria, Romênia, Bulgária e Albânia, interrompidas desde o final da Segunda Guerra. Nesse período foi retomada a possibilidade de reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética.

Motivados pelo resultado positivo das relações comerciais reativadas e pela disposição por um curso independente na condução da política externa brasileira, intensificaram-se, entre as elites políticas, os

⁵ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralismo, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. p. 22.

⁶ Ibid., p. 23.

⁷ Ibid., p. 23.

debates por um reatamento das relações diplomáticas, o que levou, em 1961, o Primeiro-Ministro Tancredo Neves, a proferir a decisão para o Chanceler Santiago Dantas restabelecer as relações diplomáticas com a União Soviética.

Com Santiago Dantas à frente da Chancelaria brasileira, no governo João Goulart³, a PEI apresentou uma formulação e execução de forma competente e eficaz, visando, entre outras medidas, à ampliação do comércio exterior com os países socialistas. Na mesma lógica, em discurso proferido na abertura da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 1963, o então Chanceler Araújo Castro⁴, em referência à superação da crise dos mísseis de Cuba, em outubro de 1962, defendeu a necessária despolitização da relação Leste-Oeste, o que explicitou a busca por uma política exterior autônoma e universal. Na consideração de Luiz Felipe Seixas Corrêa (1995, p. 162-163):

Nem tudo é Este ou Oeste nas Nações Unidas de 1963. O mundo possui outros pontos cardinais. Esses termos, que dominavam toda a política internacional até há pouco tempo, poderão eventualmente ser devolvidos à área da geografia. O esmaecimento do conflito ideológico e a progressiva despolitização dos termos Este e Oeste vieram também trazer algumas consequências – tanto políticas como semânticas – nos conceitos de neutralismo ou de não-alinhamento. O neutralismo ou o não-alinhamento vai perdendo sua solidez e sua consistência à medida que se tornam menos rígidos os pólos que o sustentava. Não podemos perder de vista que o mundo mudou do último outubro para cá, e não podemos deixar de explorar ao máximo as possibilidades de negociação que se abriram com a assinatura do recente Tratado Parcial sobre experiências nucleares.

A reaproximação permitiu um crescimento considerável no volume de comércio, que perdurou ao longo da década de 1960 (GUIMARÃES, 2000). Entretanto, em 1964, ocorreu o golpe militar no Brasil, marcando, inicialmente, um período de retrocesso em relação à defesa dos interesses nacionais, pautada pela independência e pela diversificação de parceiros. Com uma estrutura política mais fechada e autoritária, reduziram-se os

³ Com a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart foi impedido de assumir a chefia de governo, instalando-se no País um regime parlamentarista híbrido composto especificamente para a posse do novo presidente. Tancredo Neves assumiu como primeiro-ministro e, pouco mais de um ano depois, o regime presidencialista foi resgatado mediante plebiscito conclamado por Goulart.

⁴ Durante o governo João Goulart, o Ministério das Relações Exteriores teve quatro ministros.

segmentos políticos que participavam das propostas de política externa. Castello Branco, seguindo as recomendações dos teóricos da Escola Superior de Guerra, reassumiu a postura de alinhamento automático aos Estados Unidos e conduziu a política externa restringida pela confrontação Leste-Oeste, buscando primeiro estabelecer a segurança para depois optar pelo desenvolvimento. Esse período coincidiu com a mudança de postura na política exterior soviética, provocando o arrefecimento das relações diplomáticas entre os dois países e limitando os laços à esfera comercial.

A conscientização sobre a necessidade de valorização dos países do Terceiro Mundo, dentro do sistema internacional, e o relativo enfrentamento aos países industrializados, incentivou o Brasil a assumir posições mais ousadas, aproximando-se da América Latina e dos países pobres. A União Soviética compatibilizou-se com essa orientação de política externa, inclinando-se a defender o Terceiro Mundo das arbitrariedades dos países ricos. Brasil e URSS reaproximam-se, fortalecendo as relações de comércio, com financiamentos de prazos mais estendidos e com pautas de intercâmbio mais diversificadas. O Brasil passou a adquirir da URSS equipamentos pesados, como geradores para usinas hidrelétricas, escavadeiras, equipamentos para produção de cimento e tratores, tendo o volume de negócios expandido nos anos seguintes, em razão de um novo acordo entre os dois países sobre transportes marinhos.

Com o intercâmbio comercial fortalecido, o volume de exportações do Brasil para URSS disparou de 70 milhões de dólares no final dos anos 60, para 411 milhões de dólares em 1976, durante o governo de Ernesto Geisel, atingindo o ápice da década. É importante salientar que o volume de importações da URSS não acompanhou esse crescimento, o que suscitava certo descontentamento no lado soviético.

Não obstante o êxito nas relações comerciais, a distância ideológica continuava presente. Como informa Carlos Fehlberg (2008), ainda durante a gestão de Geisel, em março de 1976, o público brasileiro foi impedido de assistir pela televisão a “Romeu e Julieta”, numa apresentação comemorativa do bicentenário do Ballet Bolshoi, por constituir-se propaganda comunista.

Por outro lado, a cerimônia de posse do Presidente João Batista Figueiredo, em março de 1979, reservou um momento inédito e histórico nas relações bilaterais de Brasil e URSS: o comparecimento de uma delegação soviética do alto escalão.

O clima otimista de aproximação entre Brasil e URSS perdurou ao longo dos anos 1980. Em 1981, Delfim Neto, então ministro do Planejamento brasileiro, chefiou uma missão comercial à União Soviética, pretendendo incrementar o intercâmbio comercial. A visita possibilitou o

acesso de grandes empresas brasileiras de engenharia e projetos hidrelétricos a empreendimentos executados em parceria com empresas estatais soviéticas, como a construção conjunta da Central Hidrelétrica de Capanda, em parceria da soviética Technopromexport com a Construtora Odebrecht; a coprodução de equipamentos energéticos pela mesma empresa soviética e a estatal brasileira Usimec; a construção de rodovias no Peru, em Angola e na Etiópia; um convênio entre a brasileira Vale do Rio Doce e a Tiazhpromexport para instalar uma indústria produtora de ferro, manganês e para irrigação de Pontal, no Brasil (BACIGALUPO, 2000).

Essas parcerias asseguravam, de um lado, a atuação de empresas brasileiras na África e, de outro, a presença soviética tanto na África quanto na América Latina (GUIMARÃES; MARTCHENKO, 1988).

Sob o poder de Leonid Brejnev, a URSS reconhecia a América Latina como área de influência dos Estados Unidos, aceitando, nesse momento, um relacionamento essencialmente comercial com o Brasil.

Procurando seguir uma orientação de política externa mais independente, nos anos 1980 o Brasil não aderiu ao boicote contra os Jogos Olímpicos de Moscou, nem ao embargo norte-americano imposto à União Soviética em razão da invasão do Afeganistão. Mas o posicionamento externo brasileiro diferia do conservadorismo no plano doméstico que manteve na ilegalidade os partidos comunistas enquanto durou o regime militar.

Entre 1985 e 1990, Brasil e União Soviética enfrentaram processos paralelos e independentes de mudança interna, que passaram a influenciar suas políticas exteriores e as relações bilaterais. Com o fim do período militar e com o estabelecimento da Nova República, o governo brasileiro devolveu aos partidos comunistas a condição de legalidade, liberando ainda os meios de comunicação da censura, frutos da redemocratização.

Mikhail Gorbachov, que assumiu o governo da URSS em 1985, preparou um programa de reformas profundas no sistema político e econômico de seu país. Em junho de 1987, lançou a *perestroyka* – um programa de reestruturação econômica – e a *glasnost* – um programa de abertura e transparência pública.

Os processos de abertura verificados no seio da sociedade dos dois países – transição democrática no Brasil e *glasnost* na URSS – ensejaram uma maior aproximação político-diplomática entre os dois países. Em 1987, em visita do Chanceler Shervardnadze a Brasília, foi assi-

⁵ Estados Unidos, França, China e Ucrânia.

nado o primeiro documento político bilateral no decurso de 26 anos. Em 1988, ocorreu a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro à União Soviética, ocasião em que foi assinada a “Declaração de Princípios de Interação em Favor da Paz e da Cooperação”, estabelecendo a proposta de uma comissão de alto nível, presidida pelo vice-presidente da República do Brasil e pelo primeiro-ministro da URSS, intenção reservada apenas para quatro países⁵, transformando o Brasil em interlocutor privilegiado em questões de política externa, o que previa contatos e consultas regulares entre os dois governos. Esse mecanismo de diálogo elevou o patamar das relações bilaterais com convergência de posições, representando um salto qualitativo no âmbito da segurança internacional.

A caminho de Moscou, José Sarney declarou a François Mitterrand, presidente da França:

O Brasil procura acesso ao desenvolvimento científico e tecnológico em os países do bloco socialista porque as nações mais avançadas do bloco ocidental estabeleceram restrições à tecnologia de ponta, seja no campo nuclear, na computação eletrônica ou na biotecnologia. (HOLANDA, 1988 apud GUIMARÃES; MARTCHENKO, 1988, p. 18).

Nesse momento importante das relações bilaterais, foram firmados acordos no setor espacial, com previsão de transferência de tecnologia na área de propulsão de foguetes e monitoramento de satélites, além do uso conjunto de veículos lançadores, centros de lançamento e estações espaciais terrestres. Foi prevista a abertura de consulados em Leningrado e no Rio de Janeiro; na área energética, a exploração conjunta de projetos destinados a identificar e desenvolver fontes de energia, inclusive nuclear.

Imbuídos do clima otimista, os empresários brasileiros viram suas expectativas ampliadas em relação ao mercado soviético, abrindo, inclusive, *joint ventures*, como a Staroup com a Staremo; a Plodimex, formada pela Café Cacique e a Sojusplodimport; a Citrosuco e a Citrale; a Tetrapack com o Ministério da Agroindústria da URSS.

Em virtude das *joint ventures*, em 1989 a URSS passou a maior importador de café do Brasil, superando o tradicional mercado norteamericano. Nesse ano, em outubro, realizou-se a Expo-Brazil, uma feira industrial especificamente brasileiro-soviética, ocorrida em Moscou e em Leningrado. O ano de 1989 foi profícuo ainda nas parcerias científico-tecnológicas. Por meio de convênio científico, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) passou a ter acesso às imagens transmitidas pelos satélites soviéticos Kosmos, Korona e Apex. De sua parte, os soviéticos demonstraram interesse em firmar parcerias com o Brasil para informática, automação bancária, comercial e industrial.

Entretanto, da experiência que empresários e governo foram adquirindo no intercâmbio comercial com o mercado soviético, evidenciaram-se muitos entraves, tais como excesso de burocracia e centralização da URSS, ausência de moeda forte de ambos os lados, pouca diversidade de produtos, falta de conhecimento mútuo sobre a possibilidade de negócios e o nível de produtos, distância geográfica e o fato de o rublo não ser moeda conversível, situação que não contribuía para o equilíbrio cambial e que só foi modificada somente em julho de 2006.

Esses entraves foram agravados pela crise fiscal e financeira a que foram acometidos tanto a União Soviética, quanto o Brasil. Diante da necessidade de recursos externos para impulsionar suas economias, os dois países passaram a competir na atração de investimentos estrangeiros.

Não obstante o otimismo nas relações entre Brasil e URSS, o ano de 1989 foi palco de um fato que marcou a história mundial e redefiniu a ordem internacional: a queda do muro de Berlim e o conseqüente fim da guerra fria.

2 FIM DA URSS

Em 1985, Mikhail Gorbachov chegou ao poder, como secretário-geral do Partido Comunista Soviético, ocupando o espaço deixado por Iuri Andropov, falecido no ano anterior. Gorbachov assumiu o cargo em um momento de “[...] aguda fermentação política e social entre a elite soviética” (HOBBSAWM, 1995, p. 461). Essa elite, antes composta de funcionários de fábricas e oficinas – até a fase stalinista – passou a ser representada por uma nova geração de diplomados em Direito, Engenharia, Economia, entre outras habilitações.

Mikhail Gorbachov fazia parte dessa nova geração: formou-se em Direito e depois em Economia Agrícola. Tendo iniciado sua carreira como simples funcionário do Komsomol⁶, o jovem político galgou os degraus de sua carreira combinando inteligência aguçada e capacidade de não se fazer notar, adequando-se às regras do regime e dissimulando projetos e intenções de longo prazo. Procurou não confrontar o aparelho superior estatal com propostas de transformações radicais na estrutura de poder. Apenas quando alcançou escalões mais altos, sua verdadeira personalidade aflorou e passou a exercer influência sobre suas decisões (MANDEL, 1989).

⁶ Organização juvenil do Partido Comunista da União Soviética.

O novo líder soviético pretendia encerrar a guerra fria, que vinha sangrando os cofres públicos, haja vista os altos investimentos bélico-militares motivados pela corrida armamentista com os Estados Unidos da era Reagan. Sua principal proposta no campo da política mundial era de desarmamento nuclear parcial na Europa, o que levou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) a suprimir foguetes nucleares de médio e longo alcance. Com sua iniciativa, em menos de vinte meses de governo, Gorbachov conseguiu neutralizar amplamente os efeitos de quase dez anos de propaganda anticomunista, sentida como histeria antissoviética, disseminada com a função política de acostumar aos poucos a opinião pública com a ideia de que uma guerra nuclear mundial seria um mal menor, tal como o *slogan* norte-americano: “Antes morto do que vermelho”.

Gorbachov conquistou imensa popularidade no Ocidente, sucesso não acompanhado no plano doméstico. O sistema, a burocracia e a corrupção, que vinha tomando conta do aparato estatal tornaram-se obstáculos difíceis de transpor. Com uma estrutura essencialmente militarizada, a democratização e a busca por uma alternativa civil inexistente impediram a concretização satisfatória das reformas *glasnost* e *perestroyka* (HOBSBAWM, 1995).

Em 1990, a interação com o Brasil foi pequena, por causa dos complexos acontecimentos domésticos na URSS. Mas o presidente eleito do Brasil, Fernando Collor de Mello, optou por visitar Moscou, sendo recebido por Mikhail Gorbachov. Quando de seu retorno, Collor de Mello afirmou que a União Soviética seria definida como prioritária na política exterior de seu governo.

Mergulhada em uma crise social, política e financeira, a União Soviética definiu seu novo mandatário: Boris Yeltsin. Alterando a base de poder do partido para o Estado, Yeltsin assumiu como presidente constitucional, acumulando poderes jamais conhecidos por qualquer líder soviético: o de governar por decreto. Diante da desestruturação política que o país vinha enfrentando, o fato não teve repercussão, a estrutura do Estado estava totalmente desacreditada. A profunda depressão econômica levou ao caos social, apressando a desintegração política e degradando o capital político-econômico e estratégico acumulado no passado. Alinhou-se automaticamente ao Ocidente, aderindo às reformas neoliberais, o que precipitou uma transição fragmentada e abrupta do socialismo para o capitalismo. Para exemplificar a crise econômica, a queda do produto interno bruto foi maior que a queda que os Estados Unidos enfrentaram durante os anos de depressão da década de 1930, além da expressiva inflação entre 1993 e 1995, como demonstram as tabelas 1 e 2.

**TABELA 1 – ÍNDICE DO PIB REAL DA RÚSSIA (1989-2003)
(ANO 1991 = ÍNDICE 100)**

1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
101,5	105,3	100,0	85,5	78,1	68,1	65,4	63,0	63,9	60,5	64,3	70,8	74,4	77,8	83,6

Fonte: Berengaut; Elborgh-Woytec, 2005, p.18 apud Segrilo, 2005 p.15

**TABELA 2 – PORCENTAGEM ANUAL DE INFLAÇÃO DE
PREÇOS NA RÚSSIA**

1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
878,8	307,5	198,0	47,9	14,7	27,8	85,7	20,8	21,5	15,8	13,7	10,9	12,7	9,7

Fonte: World Economic Outlook, out. 2001 e abr. 2007 apud Segrilo, 2008, p. 16.

Diante do quadro extremamente frágil, por decisão dos líderes das ex-repúblicas soviéticas, referendada por um conselho em que estavam presentes somente 30 dos 173 deputados aptos a votar (SEGRILLO, 2008), ocorreu a dissolução da União Soviética, em 1991, constituindo-se a Federação Russa, em 24 de agosto do mesmo ano.

3 A NOVA RÚSSIA E O BRASIL: O DESPERTAR PARA O CRESCIMENTO

Durante a década de 1990, Boris Yeltsin, doente e desacreditado, governou com baixo apoio popular, lidando com graves denúncias de corrupção. Seu país encontrava-se com forte defasagem na produção industrial e na produtividade. A opção ao capitalismo e à receita neoliberal conduziu à abertura unilateral do mercado interno à economia mundial, o que denotou um caráter de passividade e de submissão ao mercado.

Mas a escolha por um programa neoliberal de forma mais ou menos radical na década de 1990 foi conhecida não só no Leste Europeu. Outras economias subdesenvolvidas ou em fase de desenvolvimento aderiram ao programa. Na América Latina, a grande maioria dos países aderiu às premissas do neoliberalismo e sentiu seus efeitos negativos, como:

- a) enfraquecimento e redução institucional do Estado;
- b) privatização do sistema produtivo e de serviços, alienando seus ativos a empresas estrangeiras;

- c) abertura dos sistemas financeiros;
- d) prevalência do mercado sobre o sistema econômico;
- e) deterioração dos indicadores sociais;
- f) dependência estrutural dos países desenvolvidos.

Esses efeitos vieram acompanhados da baixa internacionalização das empresas, o que resultou na reduzida expansão de negócios com o exterior. Na esteira desses fatores, evidenciou-se o distanciamento político e comercial dos países da América Latina – entre eles o Brasil – e os países do Leste Europeu – entre eles a Rússia. Além disso, a imagem negativa da desintegração da União Soviética constituía-se em um caminho a ser evitado, provocando um desperdício de oportunidades nas relações bilaterais.

Não obstante o distanciamento, o Brasil reconheceu a nova situação político-jurídica da Rússia, em dezembro de 1991, entendendo que havia semelhanças nos processos de transformação adotados em ambos os países, com pilares no modelo elaborado pelo Consenso de Washington. Ademais, o Brasil percebia a necessidade de aproximar-se de países com interesses e problemas comuns, fruto de características similares como porte continental, demografia, recursos naturais e PIB. Entre esses países estavam Rússia, China e Índia.

Em 1994, o Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso visitou Moscou, o que resultou na assinatura de memorandos de entendimento e de acordos de cooperação nas questões de defesa, meio ambiente, prevenção e combate às drogas, consultas políticas e troca de adidos militares. Realizaram-se, ainda, negociações para proteção e promoção de investimentos e de forma a evitar a dupla tributação no intercâmbio comercial. O Brasil buscava apoio para ingresso como membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Em 1997, Primakov, chanceler russo, retribuiu a visita ao Brasil, quando foram assinados acordos de cooperação nas áreas de educação e cultura, científico-tecnológica e de investigação e uso do espaço exterior. Esses acordos foram o princípio de uma parceria estratégica que frutifica até a atualidade.

Todavia, no âmbito doméstico a Rússia ainda enfrentava um quadro excessivamente turbulento. Em 1998, o país enfrentou uma grande crise financeira, levando o Estado à beira da insolvência. Em meio a denúncias de corrupção, de imposição de poder pelas máfias e de alcoolismo entre integrantes do aparato estatal, Vladimir Putin assumiu, em 1999, o cargo de primeiro-ministro de Boris Yeltsin. Putin conquistou a opinião pública e

o Parlamento, que depositavam nele as esperanças de reverter o declínio da Rússia, estabelecendo a ordem e retomando o crescimento da economia. Quando atingiu o auge da popularidade, em 2000, foi eleito presidente. Desde o início de seu governo, Putin aludiu à Rússia como um Estado que deveria tornar-se forte em todos os aspectos da vida e da política.

Os efeitos nocivos do modelo neoliberal conduziram a seu esgotamento. E, tanto os países da América Latina quanto do Leste Europeu reorientaram a política exterior, buscando retomar o controle Estado, acerca da defesa contra adversidades, busca pela solidez econômica e pelo bem-estar nacional. As nações menos industrializadas passaram a perceber, embora tardiamente, que o aumento das interconexões provocado pela interdependência complexa – que se traduz em um estado de dependência mútua, com efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países – passou a exigir uma adequada inserção dos países no sistema internacional, principalmente no que tange às relações econômico-comerciais. Com essa percepção, o modelo neoliberal cedeu lugar à interdependência real, permitindo um maior aproveitamento das oportunidades de intercâmbio.

Com o objetivo de incrementar o comércio bilateral entre Brasil e Rússia, em abril de 1999 foi constituída a Comissão de Alto Nível Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica. Em junho de 2000, o vice-presidente Marco Maciel visitou Moscou para participar da primeira reunião dessa comissão. Em julho do mesmo ano, ocorreu a visita do Grupo Parlamentar Brasil-Rússia ao Parlamento Russo, a Duma, ocasião em que foi assinado um documento conjunto para apoio de ambos Legislativos à expansão do comércio bilateral. No ano seguinte, em setembro, realizou-se a segunda reunião da comissão de alto nível, tendo sido o Brasil representado pelo chefe de gabinete do Ministro Celso Laffer.

Desde a ascensão de Vladimir Putin ao poder, a Rússia passou a apresentar forte crescimento econômico, superando a crise e estabilizando o quadro político e social. Com o ideário de estruturar e manter um Estado forte, combinado a um ocidentalismo moderado, aproveitando as vantagens econômicas do petróleo e do gás, o chefe de governo da Rússia manteve um alto índice de aprovação e popularidade proporcionando a seu sucessor, ser eleito com mais de 70% dos votos (CIA, 2008).

No campo da política internacional, a recuperação do Estado russo tem sugerido um contraponto estratégico aos Estados Unidos em relação à Eurásia, principalmente no Conselho de Segurança da ONU. Em 1999 e novamente em 2002, a Rússia manifestou-se contrária à expansão da

OTAN no Leste da Europa. Na Ásia, a Rússia vem realizando intercâmbios energéticos, tecnológicos e estratégicos com Irã e China, além de gradualmente tentar retomar a influência na região da Ásia Central.

Em função da desintegração do bloco soviético, os pequenos e médios países do Leste tiveram a liberdade de escolha entre seguir o próprio caminho, a associação à União Europeia ou a associação à Federação Russa, por intermédio da Comunidade de Estados Independentes (CEI).

Com o fim da União Soviética, seis conjuntos regionais, com peculiaridades próprias foram constituídos (ZHEBIT, 2006):

- a) Rússia – composta da Federação Russa;
- b) Europa Centro-Oriental – composta da Estônia, Eslováquia, Eslovênia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia e República Tcheca;
- c) Europa Oriental – composta de Bielo-Rússia, Moldova e Ucrânia;
- d) Sudeste da Europa – composto da Albânia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Macedônia, Montenegro, Romênia e Sérvia;
- e) Cáucaso – composto de Armênia, Azerbaijão e Geórgia;
- f) Ásia Central – composta de Cazaquistão, Quirguízia, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão.

O recente conflito na Geórgia novamente mostrou que a Rússia não está disposta a perder para a OTAN sua área de influência. O fracasso da Geórgia na invasão da Ossétia do Sul reposicionou a Rússia no xadrez geopolítico, e o peso econômico dessa geopolítica se faz presente pelo fato de o país ser a principal fonte de abastecimento de gás e petróleo para a Europa Ocidental.

4 SÉCULO XXI: A ALIANÇA ESTRATÉGICA BILATERAL

O Brasil é o principal parceiro comercial da Rússia, na América Latina. A seguir, a tabela 3 demonstra a evolução monetária do intercâmbio comercial entre Brasil e Rússia, bem como o saldo da balança comercial, preponderantemente positivo para o Brasil no período. A tabela denota o pequeno volume negociado em 1998, ano da crise financeira na Rússia, além da redução de exportações do Brasil no ano de 2000, pela atitude protecionista exercida pela Rússia sobre nosso açúcar. Entre os principais produtos exportados para a Rússia, nos dois últimos anos, estavam a carne bovina, o açúcar, a carne suína e de frango. No mesmo período, as

importações apresentaram maior volume em óleo diesel, fertilizantes, minerais e papel jornal. No total, o crescimento de exportações para a Rússia, entre 1998 e 2008, representou 619%, enquanto as importações apresentaram um crescimento de 1.037%.

TABELA 3 – BALANÇA COMERCIAL BRASIL-RÚSSIA
(valores em US\$ milhões – FOB)

Ano	Exportações	Var %	Importações	Var%	Saldo
1998	647	(15)	293	(9)	354
1999	746	15	315	8	431
2000	422	(43)	570	81	(148)
2001	1.102	161	464	(19)	638
2002	1.252	14	427	(8)	825
2003	1.500	20	555	30	945
2004	1.658	11	808	46	850
2005	2.917	76	722	(11)	2.195
2006	3.443	18	942	30	2.501
2007	3.741	9	1.710	82	2.031
2008	4.653	24	3.332	95	1.321

Fonte: Ministério do Desenvolvimento – Aliceweb.

Não obstante as relações de comércio venham evoluindo, os empresários continuam alegando que é necessário aumentar a comunicação entre Rússia e Brasil, focalizando no marketing internacional, pois os consumidores russos não conhecem os produtos brasileiros, tampouco os produtos russos são bem divulgados no Brasil. Seus argumentos residem no fato de haver um desconhecimento mútuo de hábitos, gostos e tendências do mercado consumidor.

Em 2004, ocorreu o embargo russo sobre as carnes bovina, suína e de aves, motivado por questões fitossanitárias. O embargo de carne de aves foi logo suspenso, restando resolver a pendência sobre as carnes bovina e suína. Como a Rússia era o maior mercado consumidor de nossa carne bovina, para cobrir a lacuna provocada pelo embargo nas exportações brasileiras de carnes, o País viu-se na necessidade de abrir outros mercados consumidores, como Egito, Irã, Hong Kong, Filipinas, Argélia, Venezuela, Líbia e China. Essa situação provocou uma reação negativa por parte do empresariado brasileiro, quando do apoio oficial do Presidente Lula à entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Entretanto, no ano de 2004, pela primeira vez um chefe de Estado russo visitou o Brasil. Na ocasião, foi tratada a necessidade de eliminação das barreiras fitossanitárias sobre a carne importada pela Rússia. Nesse

encontro, foi afirmado o apoio à entrada da Rússia na OMC e confirmado pela Rússia o apoio à entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, configurando avanços diplomáticos importantes nas relações bilaterais. Foram assinados ainda acordos de cooperação nas áreas de biotecnologia, saúde, astronomia, informação técnico-científica, física da terra e energia – válidos até 2006 – e nas áreas cultural, educacional e esportiva – válidos até 2007.

Em comunicado conjunto do chanceler brasileiro, Celso Amorim, e do chanceler russo, Sergei Lavrov (2008), a agenda bilateral atual contemplou:

- a) cooperação para o investimento, como, por exemplo, a abertura de uma fábrica da Sadia, em Kaliningrado, em 2007, com investimentos de mais de U\$S 100 milhões;
- b) cooperação cultural – ampla divulgação na Rússia de artistas, como Aleijadinho, Cândido Portinari, Heitor Villa-Lobos, Machado de Assis, Jorge Amado e Oscar Niemayer; além de novelas, música e carnaval; no Brasil, tradução de obras clássicas russas; abertura da primeira escola de teatro do Ballet Bolshoi no exterior, em Joinville-SC;
- c) cooperação estratégica – energia, indústria aeronáutica, nanotecnologia e tecnologia militar;
- d) cooperação espacial – assistência da Rússia no vôo do astronauta brasileiro Marcos Pontes para a Estação Espacial Internacional.

Alguns dos itens da agenda fazem parte da declaração assinada em 2005, nomeada Aliança Estratégica Bilateral, conforme a seguir descritos.

1 Cooperação na pesquisa e nos usos do espaço exterior para fins pacíficos:

- a) modernização do veículo lançador de satélites brasileiros VLS-1;
- b) produção de satélites russos para o Brasil;
- c) participação do Brasil do sistema global de navegação por satélites “Glonass” (geoestacionários), que a Rússia está desenvolvendo;
- d) uso de Alcântara para lançamentos comerciais.

2 Construção de aviões:

- a) interesse na exportação para o Brasil de helicópteros russos MI-26, MI-171A e de aviões anfíbios Be-103 e Be-200;
- b) proposta da Embraer de fabricação na Rússia de jatos regionais.

3 Energia:

- a) fornecimento de equipamentos russos para hidrelétricas de Porto Góes e Corumbá 3;
- b) proposta de participação de empresas e especialistas russos na produção no Brasil de turbinas de gás para usinas de energia elétrica;
- c) Gazprom e Petrobrás discutem cooperação mútua para exploração de jazidas de gás no Brasil e construção de gasoduto Venezuela-Chile-Brasil-Argentina.

4 Acordo de cooperação para lançamento de satélites e para a construção de foguetes e aviões, contemplando treinamento avançado na área cibernética, assinado em abril de 2008, tendo o potencial de:

- a) para o Brasil – o acordo é essencial para defesa e para evolução da tecnologia;
- b) para Rússia – o acordo privilegia acesso a cosmódromo de vantagem energética elevada, pois Alcântara (MA) fica em posição geográfica estratégica, próxima à Linha do Equador, o que representa menor custo das missões e, portanto, a possibilidade de mais de 1/4 dos lançamentos de foguetes e satélites do mundo passem a ser feitos no Brasil.

Ainda em novembro de 2008, o atual presidente da Rússia, Dmitry Medvedev, visitou o Brasil e estendeu essa visita a alguns países da América Latina, como a Venezuela. Com o objetivo de fortalecer parcerias e estimular o intercâmbio comercial, a Rússia vem demonstrando real interesse em estreitar laços com uma região antes pouco influente no concerto internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a guerra fria, os países que estavam à margem da arena política internacional pouco conheciam sobre os países do bloco socialista. O alinhamento à política exterior do bloco ocidental e a propaganda anticomunista impediam nações, como o Brasil, de conhecer e compreender o modo de vida, os interesses e as possibilidades existentes com uma maior aproximação política e econômica.

A Rússia é um país que enfrentou três revoluções nos últimos cem anos, de perfis e magnitudes distintas: a revolução marxista-leninista de 1917, a dissolução da União Soviética, em 1991, e a impressionante recuperação político-econômica da era Putin. No decurso de um século, a nação passou da destruição violenta do sistema imperial, ao reerguimento como potência no plano internacional, atravessando um longo período de isolamento do resto do mundo com o regime socialista.

As relações bilaterais entre Brasil e Rússia vêm tornando-se estratégicas por muitas razões. A Rússia tem repensado seu papel no cenário geopolítico internacional, recuperando o *status* de Estado forte e, aos poucos, reposicionando-se como potência central. O adensamento das relações bilaterais vem proporcionando ao Brasil o incremento do intercâmbio comercial, a transferência de tecnologia, particularmente nas áreas espacial e de aeronáutica, além do acesso ao conhecimento científico de ponta, antes retido arbitrariamente pelas potências ocidentais, especialmente pelos Estados Unidos.

Além das vantagens de uma cooperação nos campos energético, científico e tecnológico, a retomada da credibilidade da Rússia no sistema internacional com suas atuais características geoeconômicas, como o reconhecimento como economia de mercado pelos Estados Unidos, em 2002, e pelo Brasil, em 2003, a entrada para o G8, em 2005, a liderança mundial na produção de gás e a vice-liderança na produção de petróleo contribuem para o estabelecimento de parcerias fortes, que proporcione a redução das vulnerabilidades dos dois países no sistema internacional e talvez permita uma transformação nas relações de interdependência econômica com o mundo industrializado, tornando-as cada vez menos assimétricas.

O estabelecimento de uma aliança política facilitará um arranjo da ordem internacional em construção que atenda às necessidades e aos interesses dos países em desenvolvimento e que contemple a reformulação da ONU de forma a encontrar soluções para as diversas questões que crescem em volume e importância com o término da guerra

fria. O mundo, entendido como multipolar, embora sem pólos definidos, tem visto crescer de maneira insensata problemas étnicos, sociais, religiosos, econômicos, ambientais e civis. A convergência de posições no sistema internacional facilita o entendimento e conduz ao equilíbrio de interesses.

Cabe ao Estado brasileiro, ao formular sua política externa, ter como objetivo principal o atendimento dos interesses nacionais que conduzam ao desenvolvimento social e econômico e garantam sua segurança e soberania, buscando, por meio das possibilidades externas para execução de sua política, formatar alianças que compreendam basicamente esses interesses.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Dimas de M. O futuro das relações Brasil-Rússia e a visita de Vladimir Putin. **Pravda.ru**, 28 abr. 2005. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/cplp/brasil/7742-0>>. Acesso em: 23 out. 2008.

AMORIM, Celso; LAVROV, Sergei. Rússia e Brasil: amigos e parceiros estratégicos. **Pravda.ru**, 7 out. 2008. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/russa/24756-russiabrasil-0>>. Acesso em: 23 out. 2008.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

_____. **Ordem, poder e conflito no século XXI: esse mesmo mundo é possível**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2006.

BACIGALUPO, Graciela Z. de. As relações russo-brasileiras no pós-guerra fria. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 43(2):59-86, 2000.

CADERNOS ADENAUER 5: **A Rússia no início da era Putin**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, jul. 2000.

CERVO, Amado L.; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2002.

_____. **Inserção internacional do Brasil: formação de conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CIA. WORLD FACTBOOK, 2008. Disponível em: <www.cia.gov>. Acesso em: 23 out. 2008.

DEFESANET. **Petrobrás e Gazprom estudam gasoduto sul-americano**. Disponível em: <www.defesanet.com.br/energia/petrobras_gazprom.htm>. Acesso em: 24 out. 2008.

FEHLBERG, Carlos. **Governo militar veta Bolshoi e gera reações no Congresso**. Disponível em: <<http://www.politicaparapoliticos.com.br/imprimir.php?t=755673>>. Acesso em: 25 nov. 2008.

GUIMARÃES, Lytton L. Brasil-URSS: os processos de mudança e as relações bilaterais. In: ALBUQUERQUE, José A. G. (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira, 1930-1990: o desafio geoestratégico**. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000.

GUIMARÃES L.; MARTCHENKO, A. A estratégia global da União Soviética e a América Latina. **XII Reunião Anual da ANPOCS**. Águas de São Pedro, SP, out. 1988.

HERNANDEZ, Martin. A União Soviética e o veredicto da história. **Opinião Socialista**: PSTU, n. 232, 15 a 21 set. 2005. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=4203&ida=7>. Acesso em: 19 nov. 2008.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. 2. ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MANDEL, Ernest. **Além da perestroyka: a era Gorbachov e o despertar do povo soviético**. 2. ed. São Paulo: Busca Vida, 1989.

PECEQUILO, Cristina S. **A Rússia de Putin: uma nova guerra fria?** Relnet, 15 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.relnet.com.br/blog/?p=469>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

PIRONET, Oliver. Atores políticos em um drama russo moderno: democracia manipulada e sociedade dividida. **Le monde diplomatique**. Disponível em: <<http://mondediplo.com/2007/12/09parties>>. Acesso em: 23 out. 2008.

PRAVDA. Brasil e Rússia criarão avião de quinta geração. **Pravda.ru**, 16 abr. 2008. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/busines/22383-alcantra-0>>. Acesso em: 23 out. 2008.

SEGRILLO, Ângelo. A nova Rússia: balanço e desafios. In: Fundação Alexandre de Gusmão – Ministério das Relações Exteriores. (Org.). **II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional**, n. 5-6, nov. 2007. Brasília: FUNAG, 2008.

SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe. (Org.). **A palavra do Brasil nas Nações Unidas: 1946-1995**. Brasília: FUNAG, 1995.

SÉVE, Lucien. **Começar pelos fins: a nova questão comunista**. Campo das Letras, 2001. (p. 37-44). Disponível em: <<http://www2.cddc.vt.edu/marxists/portugues/seve/1999/comecar/cap05.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

ZHEBIT, Alexander. Um olhar sobre a cooperação inter-regional: América Latina-estados pós-soviéticos. **Análise de Conjuntura OPISA**, n. 10, out. 2006. Disponível em: <<http://observatorio.iuperj.br>>. Acesso em: 7 out. 2008.

Recebido em: maio de 2009.
Aprovado em: junho de 2009.